

Portal EXAME

Consolidação de frigoríficos esbarra no risco fiscal

| 29.07.2007 | 15h00

Por Natalia Gómez
AGÊNCIA ESTADO

Depois de iniciar um movimento de abertura de capital e lançamento de ações na Bolsa de Valores de São Paulo, com a intenção de expandir suas operações, os grandes frigoríficos brasileiros devem acelerar o processo de consolidação do setor, que ainda é muito pulverizado. No entanto, apesar da abundância de unidades disponíveis, vão encontrar ativos com preços bem mais salgados e ainda terão de ser cautelosos porque existe uma parcela significativa de empresas comprometidas com dívidas tributárias e trabalhistas neste segmento, o que demandará uma análise criteriosa para minimizar possíveis impactos negativos em seus balanços. Com preços mais altos e problemas judiciais no horizonte, ficou mais difícil garantir um retorno desejável pelos investimentos.

Os principais passivos destas companhias, conhecidas por seus problemas com o Fisco, são relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). "Existe um passivo tributário muito grande, gerado principalmente entre o final dos anos 90 e início desta década", diz o sócio do escritório Souza, Schneider e Pugliese Advogados, Eduardo Pugliese. Apesar de o recolhimento do imposto da cadeia de carne bovina estar concentrado nos frigoríficos para facilitar o controle do governo, por meio do mecanismo conhecido como substituição tributária, fraudes costumam ocorrer na hora de contabilizar a compra de bois, segundo o especialista em direito tributário.

Empresas do setor também têm problemas com a contribuição previdenciária do produtor rural, conhecida como Novo Funrural. A contribuição é recolhida pelos frigoríficos em nome dos pecuaristas e descontada do preço do boi. Algumas companhias contestam na Justiça essa sistemática de recolhimento e o fato de que a taxa incide sobre o faturamento e não sobre a folha de salários, como ocorre em outros setores.

Neste cenário, as empresas terão que tomar alguns cuidados para avaliar suas compras, já que os passivos trabalhistas e tributários passarão a ser responsabilidade do novo proprietário. Uma prática que tem se tornado comum, a separação dos ativos dos passivos como no caso da Varig, é bastante polêmica e considerada ilegal por alguns advogados. "Caso a empresa separe os ativos dos passivos para vender somente a parte saudável da operação, poderá ser questionada pelo Fisco por fraude", afirma o sócio do escritório Machado Associados Advogados e Consultores, Júlio de Oliveira.

Alternativas

No entanto, existem algumas alternativas possíveis para reduzir os riscos da operação. Uma delas prevê que o comprador deduza o valor da dívida do total a ser pago pelo ativo e deposite esse montante em uma conta de garantia. A empresa vendedora receberá o dinheiro desta conta à medida que vença as ações na Justiça ou pague o governo. "Desta forma não existe risco para o comprador porque o saneamento da dívida está garantido", afirma o tributarista Igor Nascimento de Souza, sócio do escritório Souza, Schneider e Pugliese Advogados. Segundo ele, o Fisco tem ampliado o controle sobre a venda de bois nos últimos anos, mas a sonegação ainda existe.

De qualquer forma, estas dificuldades não devem interromper o processo de compra das empresas, que precisam ampliar sua capacidade produtiva para atender ao aumento das exportações. "Por ser uma commodity, a carne bovina precisa de uma grande escala de produção para ser rentável", diz Fabiano Tito Rosa, da consultoria Scot. Existem hoje mais de mil frigoríficos no Brasil, mas apenas cerca de 150 são de maior porte, segundo a consultoria FNP. Uma prova disso é que as aquisições constam como um dos principais motivadores das ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) das empresas. Tanto o Marfrig quanto o Minerva destacaram em seus prospectos preliminares a intenção de comprar empresas concorrentes.

No caso do Marfrig, o interesse vai além do Brasil, pois a empresa pretende buscar ativos no Chile, no Uruguai e na Argentina. Junto com a expansão das unidades existentes, o projeto de compras vai consumir 60% dos R\$ 887,4 milhões captados em junho. As aquisições foram o maior propulsor dos negócios da companhia, que optou por comprar e não construir a maioria das 12 unidades que possui no Brasil, na Argentina e no Uruguai. O Minerva, que estreou na Bovespa este mês, planeja destinar 30% dos recursos da oferta, que somou R\$ 444 milhões, para a compra de novas unidades de abate e processamento de carne. Em abril, o frigorífico comprou uma unidade de abate em Araguaína (TO) e uma em Redenção (PA), sendo que ambas serão ampliadas.

 AGÊNCIA ESTADO



Copyright © 2006, Editora Abril S.A. -
Todos os direitos reservados. All rights reserved.